

Especial

Rio lidera preço do seguro de carro no país

PÁGINA 5

CRIME ORGANIZADO

Justiça do Rio decreta falência do Grupo Refit

A Justiça do Rio de Janeiro decretou, ontem, a falência das empresas que compõem o Grupo Refit. O juiz da 5ª Vara Empresarial Arthur Ferreira converteu em falência a recuperação judicial da Gasdiesel Serviços, localizada em Duque de Caxias; a Distribuidora S.A., em Manguinhos; a Química S/A, na Rodovia Anhanguera, em Campinas, e a Refinaria de Petróleos Manguinhos, na Avenida da Brasil. O magistrado determinou, entre outras medidas, que as empresas apresentem, no prazo máximo de cinco dias, a relação nominal dos credores e informações ao administrador judicial. Determinou, também, o bloqueio de todas as contas bancárias das companhias falidas. **PÁGINA 5**

IRREGULARIDADE

Toffoli barra propaganda de Renan na internet

O ministro Dias Toffoli, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), decidiu ontem suspender a propaganda eleitoral do candidato à Presidência da República Renan Santos (Missão) na internet. Toffoli também determinou a suspensão dos repasses do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) para o candidato e o proibiu de participar de debates que forem realizados em televisão, rádio e podcasts. A decisão do ministro terá validade até a decisão final do TSE sobre o caso. Segundo Toffoli, o partido Missão deixou de informar à Justiça Eleitoral perfis de propaganda do candidato nas redes sociais. Na decisão, o ministro pontuou que 16 perfis ligados ao candidato foram informados ao TSE 12 dias após registro. **PÁGINA 6**

APORTE

Orçamento tem R\$ 6 bi para os Correios

O governo federal vai prever um aporte de R\$ 6 bilhões no caixa dos Correios em 2027, como parte do acordo de financiamento firmado pela estatal no fim de 2025 e do plano de reestruturação da empresa. O valor será incluído no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027, que foi encaminhado ao Congresso Nacional ontem. A medida ocorre após a estatal registrar prejuízo líquido de R\$ 2,4 bilhões no segundo trimestre de 2026. A previsão do aporte foi

confirmada em nota conjunta dos ministérios das Comunicações, da Gestão e Inovação em Serviços Públicos e do Planejamento e Orçamento. Segundo a nota, a previsão de R\$ 6 bilhões está relacionada às condições estabelecidas no contrato do empréstimo de R\$ 12 bilhões firmado pelos Correios com cinco bancos em dezembro de 2025. O acordo prevê que a União deverá injetar pelo menos R\$ 6 bilhões para apoiar a execução do plano de reequilíbrio da estatal. **PÁGINA 3**

2027

Orçamento prevê superávit primário de R\$ 18,6 bilhões



ABRASIL

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027 prevê um superávit primário de R\$ 18,6 bilhões no ano que vem, o equivalente a 0,13% do Produto Interno Bruto (PIB), considerando os gastos que são excluídos do cálculo do alvo. O arcabouço fiscal tem uma margem de tolerância de 0,25 pp. do PIB, para mais ou para menos. No último Relatório Focus, os economistas ouvidos semanalmente pelo Banco Central estimaram um rombo primário de 0,4% do PIB no próximo ano, bem acima da meta do governo. Para atingir esse objetivo, o governo prevê obter uma receita líquida - livre de transferências - de R\$ 2,849 trilhões (19,3% do PIB) em 2027. As despesas totais devem chegar a R\$ 2,830 trilhões (19% do PIB) no próximo ano. A maior parte - R\$ 2,563 trilhões - se refere às despesas obrigatórias. As despesas discricionárias - como custeio e investimentos, que podem ser definidos pelo governo - são limitadas a R\$ 266,8 bilhões. As estimativas do governo levam em conta um crescimento de 2,46% para o PIB do ano que vem - abaixo dos 2,56% previstos no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), apresentado em abril. O governo estima que o salário mínimo do ano que vem será de R\$ 1.741, um aumento total de 7,4%. Segundo o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti (**foto**), a previsão de zero de arrecadação com o tributo para o próximo ano ocorre porque a previsão é de um cenário de volta à normalidade.

DE SAÍDA



DIVULGAÇÃO TCU

Bruno Dantas renuncia ao cargo de ministro do TCU

O ministro Bruno Dantas (**foto**) apresentou ontem uma carta de renúncia ao cargo de integrante do Tribunal de Contas da União (TCU). Dantas ocupava o cargo de 2014. O ministro informou que deixou o tribunal para se dedicar à iniciativa privada. Ele tem 48 anos e poderia permanecer no TCU até 75 anos, quando completaria o prazo de aposentadoria compulsória. Em carta enviada ao presidente do TCU, Vital do Rêgo, Bruno Dantas disse que cumpriu seus deveres com "lealdade e dedicação" e que decidiu deixar o cargo em busca de "novos desafios". "Aos colegas ministros e, de modo muito especial, aos auditores do Tribunal de Contas da União: convivi com vocês nos anos mais intensos da minha vida pública", declarou Dantas. **PÁGINA 6**

INDICADORES

IBOVESPA (0,01% / 174.586,26 / 9,46 / Volume: 29.790.464.965 / Negócios: 3.670.277)										Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	-1,16% (jul.)	EURO turismo	
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento		%	Ufir-RJ	R\$ 4.9604	IPCA	0,07% (jul.)	Compra: 6,0720	Venda: 6,2520
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.						
PETR4	41,45	+0,24	+0,10	TELB3F	18,90	+39,07	+5,31	RCSL4	0,57	-24,00	-0,18	Dow Jones	53.839,99	+0,13	Taxa Selic		
ONCO3	1,920	+9,71	+0,170	TELB3	18,98	+37,54	+5,18	RCSL4F	0,58	-22,67	-0,17	S&P 500	7.798,99	+0,65	(06/08)	14,00%	
BBAS3	19,52	-0,26	-0,05	TELB4	9,35	+23,68	+1,79	ONCO11	0,330	-17,50	-0,070	US Tech 100	29.284	+1,16	TR		
BBDC4	16,99	+1,25	+0,21	TELB4F	9,33	+21,17	+1,63	PLAS3F	1,83	-16,82	-0,37	Euronext 100	1.974,94	+0,11	(27/08)	0,1732%	
CSAN3	3,71	-1,07	-0,04	AZEV4F	1,79	+15,48	+0,24	BRKM5	3,52	-14,36	-0,59	CAC 40	8.650,56	-0,28	Poupança		
												FTSE 100	10.772,67	-0,56	(27/08)	0,6741%	
																BM&F/grama/RJ	R\$ 656,03
																EURO Comercial	
																Compra: 6,0022	Venda: 6,0028
																Compra: 5,1731	Venda: 5,3531

MERCADOS

Bolsa sobe no dia com Petrobras, mas fecha agosto em leve queda

JULIANA MACHADO/AE

Depois de tocar mais cedo a máxima em 178.585,94 pontos, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) perdeu força e fechou nos 177.418,78 pontos (alta de 1%) ontem. O maior catalisador para o movimento foi a disparada das ações da Petrobras no dia, com avanço de 3,38% das preferenciais e 4,23% das ordinárias, em dia de firme valorização do petróleo. A commodity teve alta de 2,71% (US\$ 2,39), a US\$ 90,49 por barril.

Depois de uma sequência forte de saídas de recursos estrangeiros da bolsa até a metade do mês, uma nova leva de entrada de dinheiro desses investidores nas últimas sessões permitiu que o Ibovespa (Índice Bovespa) retomasse o fôlego. Desde o último dia 21, os estrangeiros ingressaram com pouco mais de R\$ 4 bilhões na B3 e, de lá para cá, o Ibovespa subiu 3,7%. Com isso, o índice basicamente anulou as perdas de agosto, encerrando o mês com leve queda de 0,33%. No

ano, o avanço é de 10,11%. Um barril de petróleo mais caro representa ganhos para a estatal, e essa correlação fica ainda mais clara no desempenho do papel em horizontes mais longos frente à performance da commodity. No ano, o petróleo já acumula ganhos acima de 40%, enquanto as ações preferenciais da Petrobras, mais líquidas, sobem 54%.

DÓLAR
O dólar abriu a semana em queda moderada no mercado local, alinhado ao comportamento da moeda norte-americana no exterior. Pela manhã, marcada pela disputa pela formação da última taxa Ptax de agosto, a moeda chegou a trocar de sinais, registrando mínima de R\$ 5,1615. Com máxima de R\$ 5,1892, à tarde, o dólar encerrou a segunda-feira em queda de 0,32%, a R\$ 5,1801, acumulando ganhos de 2,16% em agosto, após recuo de 1,79% em julho.

BOLETIM

Focus: mercado prevê redução da inflação e do PIB de 2026

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

O mercado financeiro rebaixou a projeção de inflação e prevê menor crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro para 2026, enquanto o câmbio do dólar e a taxa Selic permanecem inalterados nas previsões do ano. As informações constam no Boletim Focus, divulgado ontem pelo Banco Central (BC), em Brasília. A publicação semanal traz a estimativa média de instituições financeiras – como bancos, corretoras e consultorias – para a economia do país em 2026 e, também, para os próximos três anos.

INFLAÇÃO
Segundo o Focus desta semana, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado o índice oficial de inflação do país, caiu de 5,02%, na semana passada para 5,01%, hoje. A projeção de inflação para 2027 mostra uma leve alta na inflação de 4,25% para 4,28% e estabilidade nos anos de 2028 e 2029, com estimativa de 3,80% e 3,50%, respectivamente. Atualmente, o IPCA acumulado em 12 meses é 4,44%, trazendo o indicador de volta para a meta do governo, conforme os dados oficiais de julho divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

PIB
As instituições ouvidas pelo Boletim Focus projetam queda para este ano do PIB, conjunto de todos os bens e serviços produzidos no país, de 1,95%, há uma semana, para 1,92%, atualmente. Para os três próximos anos,

a expectativa do mercado não se alterou, com previsão de crescimento de 1,50%, para 2027; 1,98% para 2028; e 2% para 2029.

DÓLAR
A previsão do mercado financeiro para o câmbio brasileiro é que o dólar terminará o ano de 2026 cotado a R\$ 5,20. A previsão de cotação atual repete a que foi divulgada há quatro semanas. De acordo com os analistas, o valor da moeda norte-americana terá uma alta para R\$ 5,30, em 2027. Valor mantido para chegar no fim de 2028. Em 2029, o câmbio deve subir mais uma vez para R\$ 5,36. O comportamento do dólar frente ao real influencia diretamente o desempenho da economia brasileira. Com o câmbio desvalorizado, ou seja, alta da moeda estrangeira, bens importados ficam mais caros, o que pressiona a inflação para cima. No entanto, favorece as exportações porque deixa os produtos brasileiros mais em conta no exterior. Por outro lado, a moeda valorizada – queda na taxa – faz com que produtos importados fiquem mais baratos no país, o que pode refletir em menos pressão sobre a inflação. Mas pode ser prejudicial à indústria nacional, que precisa concorrer com produtos estrangeiros que ficam com os preços mais competitivos.

JUROS
As instituições financeiras mantiveram a estimativa para a taxa básica de juros (Selic) da economia brasileira em R\$ 13,75. A Selic serve de referência para todas as demais operações de crédito, como a dívida pública.

PLOA

FLÁVIA SAID, MATEUS MAIA E MARIANNA GUALTER/AE

O Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2027, apresentado ontem, pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, prevê que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no próximo ano será de 2,46%. No projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) do próximo ano, enviado ao Congresso em abril e ainda não aprovado, a previsão era de 2,56%. No último Relatório Focus do Banco Central, os economistas ouvidos semanalmente pelo BC estimaram um crescimento de apenas 1,5% na economia no

próximo ano. O PLOA foi enviado pelo governo ao Congresso Nacional nesta segunda-feira.

SALÁRIO MÍNIMO
A projeção do PLOA para a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2027 é de 3,6%, ante 3,04% estimado no PLDO e 4,28% no Focus. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) – parâmetro usado para a correção do salário mínimo – para 2027 é previsto em 3,69%. No PLDO, a estimativa era de 3,06%. O salário mínimo em 2027 será de R\$ 1.741,00. Na proposta de diretrizes orçamentárias, a

estimativa era de R\$ 1.717,00, R\$ 24 a menos. O valor do piso representa um aumento total de 7,40% (R\$ 120) em relação ao salário mínimo de R\$ 1.621,00 em vigor desde janeiro deste ano. Estão atrelados ao piso os benefícios previdenciários, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o seguro-desemprego e o abono salarial. Já para o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) de 2027, a previsão se manteve em 4% na proposta de Orçamento, mesma porcentagem apresentada no PLDO. **TAXAS DE JUROS**
A estimativa da equipe econômica para a taxa de juros é de

que a Selic termine o ano com média de 12,53%, ante 10,55% no PLDO. No Focus, a projeção de mercado é de que a taxa básica de juros, atualmente em 14,00%, encerre 2027 em 12,00%. **CÂMBIO, PETRÓLEO**
O PLOA também traz a projeção de um câmbio médio de R\$ 5,22 em 2027 – no PLDO, a projeção era de R\$ 5,47. Para o preço médio do barril de petróleo no próximo ano, a previsão é de US\$ 71,03, ante US\$ 67,69 estimado em abril. Já a projeção para o crescimento da massa salarial nominal em 2027 é de 10,14%, ante 11,19% na primeira previsão.

PLANEJAMENTO

Moretti diz que não há nenhuma medida nova para receitas

MARIANNA GUALTER, MATEUS MAIA E FLÁVIA SAID/AE

O ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti (foto), afirmou ontem, que a equipe econômica não está contando com nenhuma medida nova para receitas, que dependeria de aprovação do Congresso, como em outros exercícios. Segundo ele, essa condição aumenta o grau de confiança de que será possível entregar o superávit primário previsto pelo Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2027, de R\$ 18,6 bilhões. "A gente acha muito factível entregar um resultado superavitário", disse o ministro, em coletiva sobre o PLOA. "Temos muita confiança de que ano que vem nós teremos um orçamento equilibrado, com receitas primárias performando acima do volume total de despesas primárias", afirmou em seguida. O ministro também observou



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

que o aumento de R\$ 183,8 bilhões em relação a 2026 estimado para o limite de despesas considera R\$ 10,4 bilhões condicionados à projeção para o IPCA

acumulado entre junho e dezembro deste ano, por regra do arcabouço. Moretti ponderou ainda que o PLOA não considera um brent

em "patamares extraordinários" em razão dos conflitos geopolíticos. Para o documento, foi considerada uma estimativa de US\$ 70 para a métrica, detalhou.

PROGRAMA

BNDES define consórcio que fará modelo de negócios do Pró-Urânio

Denise Luna/AE
O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) homologou na sexta-feira passada, o consórcio de empresas que ficará responsável por desenhar os modelos de negócios do Programa Pró-Urânio, iniciativa conduzida em parceria com a Indústrias Nucleares do Brasil (INB) e a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar). Vencedor da concorrência, o consórcio VGLHH terá até o segundo trimestre de 2027 para apresentar propostas de cenários e alternativas de modelagem. O consórcio é liderado pela Vallya Advisors Assessoria Financeira e composto pelas empresas GE21 Consultoria Mineral, Lefosse Advogados, Harpia Consultoria Ambiental e de Ge-

renciamento de Projetos e Harpia Group AG. A medida é apontada pelo banco como mais um passo para viabilizar parcerias estratégicas com o setor privado voltadas à exploração sustentável de urânio no País. A Constituição brasileira estabelece que a pesquisa e a lavra de minérios nucleares são monopólio exclusivo da União, exercido por meio da INB. Segundo o presidente da INB, Tomás Albuquerque, a intenção é estruturar um formato que "equilibre o risco assumido pelo investidor e o papel estratégico da INB", considerando, de um lado, o alto risco da pesquisa mineral e, de outro, a atribuição da estatal de autorizar e supervisionar projetos por deter o monopólio da União. "Quem investe em pesquisa mineral assume um risco eleva-

do e precisa ter segurança de que, em caso de descoberta de uma jazida economicamente viável, poderá avançar para seu desenvolvimento. Por outro lado, cabe à INB, como detentora do monopólio da União, autorizar e supervisionar o projeto. A modelagem precisa equacionar esses diferentes papéis para criar condições atrativas e seguras para os dois lados, para que tenhamos novos investimentos na produção de urânio no país", disse Albuquerque em nota nesta segunda-feira, 31.. A licitação reuniu cinco consórcios, avaliados por critérios de capacidade técnica e preço. Os estudos devem cobrir geologia, aspectos jurídicos e regulatórios, modelagem econômico-financeira e socioambiental, além de análises de mercado e impacto social. O contrato terá

vigência de três anos, com início previsto para o próximo mês. Depois de finalizado, INB e ENBPar escolherão o modelo considerado mais adequado e, na etapa seguinte, devem integrar com investidores para tentar concretizar as parcerias. Lançado em 2024, o Pró-Urânio busca elevar a produção nacional e estimular a pesquisa e lavra de novas jazidas para garantir suprimento de combustível às usinas nucleares de Angra 1 e Angra 2, reduzir dependências externas em etapas do ciclo do combustível nuclear e viabilizar exportações. A oferta de parceria da INB prevê áreas em cinco províncias minerais, incluindo Amorinópolis (GO), Espinharas (PB), Figueiras (PR), Rio Preto (GO e TO) e Lagoa Real, em Caetité (BA).

2027

Orçamento terá aporte de R\$ 6 bilhões aos Correios

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O governo federal vai prever um aporte de R\$ 6 bilhões no caixa dos Correios em 2027, como parte do acordo de financiamento firmado pela estatal no fim de 2025 e do plano de reestruturação da empresa.

O valor será incluído no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027, que foi encaminhado ao Congresso Nacional ontem. A medida ocorre após a estatal registrar prejuízo líquido de R\$ 2,4 bilhões no segundo trimestre de 2026.

A previsão do aporte foi confirmada em nota conjunta dos ministérios das Comunicações, da Gestão e Inovação em Serviços Públicos e do Planejamento e Orçamento.

Segundo a nota, a previsão de R\$ 6 bilhões está relacionada às condições estabelecidas no contrato do empréstimo de R\$ 12 bilhões firmado pelos Correios com cinco bancos em dezembro de 2025.

O acordo prevê que a União deverá injetar pelo menos R\$ 6 bilhões para apoiar a execução do plano de reequilíbrio da estatal. O contrato estabelece que o recurso precisa estar disponível até o fim de 2027, mas permite que o governo defina o momento e a forma de distribuição do montante.

A operação de crédito foi realizada com garantia do Tesouro Nacional. Isso significa que, caso os Correios não cumpram as obrigações financeiras, a União poderá ser acionada para honrar a dívida com as instituições credoras.

A inclusão do valor no PLOA representa a previsão orçamen-

tária do recurso, mas não significa que os R\$ 6 bilhões serão necessariamente transferidos de uma só vez no início de 2027.

BALANÇO

No sábado, os Correios divulgaram um balanço que apontou prejuízo líquido de R\$ 2,4 bilhões no segundo trimestre e de R\$ 5,5 bilhões de janeiro a junho. Apesar de inferior em relação ao mesmo período de 2025, o prejuízo é cerca de 30% maior que o resultado negativo acumulado do primeiro semestre.

PRINCIPAIS NÚMEROS

- R\$ 2,4 bilhões: prejuízo líquido no segundo trimestre de 2026
- Redução de 5,5% do prejuízo do segundo trimestre ante o mesmo período de 2025
- R\$ 5,5 bilhões: prejuízo acumulado no primeiro semestre
- Alta de 30,4% do prejuízo semestral em relação a 2025
- R\$ 7,9 bilhões: receita no primeiro semestre
- R\$ 274,5 milhões: margem bruta no semestre
- Queda de 4,2% nos gastos com pessoal no semestre
- R\$ 233,7 milhões: economia com despesas de pessoal
- 6.545: empregados desligados pelo PDV, dos quais 2.767 no primeiro semestre
- R\$ 322 milhões: economia com a regularização de passivos vencidos
- R\$ 1,8 bilhão: dívida bancária quitada antecipadamente
- R\$ 460,4 milhões: queda nas receitas do segmento internacional

CRISE FINANCEIRA

Os Correios atravessam uma crise financeira marcada por su-

cessivos prejuízos, queda nas receitas e aumento das despesas. A empresa lançou, em dezembro de 2025, um plano de reestruturação com medidas destinadas a melhorar o caixa e recuperar os resultados.

Entre as ações estão o Programa de Demissão Voluntária (PDV), redução de custos, venda de imóveis ociosos, renegociação de contratos, mudanças na jornada de trabalho, alterações nos planos de saúde, retorno ao trabalho presencial e criação de um marketplace próprio.

No segundo trimestre de 2026, a estatal registrou prejuízo líquido de R\$ 2,4 bilhões. Segundo os Correios, entre os fatores que pressionam as contas estão a redução das receitas dos serviços postais tradicionais, o aumento dos custos operacionais, passivos judiciais, maior concorrência no setor de logística e as despesas relacionadas à manutenção da rede necessária para garantir o serviço postal universal.

DÍVIDA ALONGADA

Apesar do resultado negativo, o governo destacou mudanças no perfil da dívida da estatal no primeiro semestre.

Os Correios encerraram o período sem empréstimos com vencimento no curto prazo, quitaram uma operação considerada mais onerosa e conseguiram ampliar o prazo de parte da dívida de 18 para 180 meses.

A empresa também concluiu captações de R\$ 12 bilhões com garantia da União e negocia uma nova operação de crédito de aproximadamente R\$ 7 bilhões, também com aval do governo federal. Segundo os Correios, as tratativas estão em estágio avançado.

CUSTOS SOB CONTROLE

O governo também destacou a redução das despesas operacionais durante o primeiro semestre.

Os custos dos serviços dos Correios somaram R\$ 7,6 bilhões no período, 14% abaixo do valor previsto no orçamento para os primeiros seis meses do ano. Os gastos com pessoal recuaram cerca de 4%, em parte como resultado do programa de demissão voluntária.

O desempenho do Ebitda, indicador utilizado para medir o resultado operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização, também ficou acima do esperado. O resultado foi R\$ 910 milhões, ou 18%, melhor que a previsão para o período.

Para o governo, os números indicam avanço na recuperação operacional, embora a situação financeira da empresa ainda exija medidas de reestruturação e reforço de liquidez.

GARANTIA DO TESOURO

O empréstimo de R\$ 12 bilhões contratado em 2025 foi concedido por Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú e Santander, com garantia da União.

O contrato prevê consequências caso o aporte mínimo estabelecido não seja realizado. Nessa situação, os bancos podem exigir o vencimento antecipado da dívida, levando à necessidade de quitação dos R\$ 12 bilhões pela União, além dos encargos previstos.

Em maio, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou ao governo a adoção de medidas para viabilizar o cumprimento da obrigação dentro do prazo previsto.

CONGRESSO

Comissão mista sobre MP das blusinhas adia votação para hoje

VICTOR OHANA/AE

O presidente da comissão mista sobre a "taxa das blusinhas", deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), adiou a sessão que estava marcada para esta segunda-feira, e comunicou o novo agendamento para hoje, às 10h. Na ocasião, a senadora Leila Barros (PDT-MG), relatora da "MP das blusinhas", deve apresentar o seu parecer com o texto a ser submetido a votação.

A jornalistas, Reginaldo reiterou a proposta do governo de estabelecer uma avaliação semestral pelo Ministério da Fazenda sobre os impactos econômicos do fim da "taxa das blusinhas" na indústria nacional. A ideia tenta acalmar setores empresariais que se dizem prejudicados pela isenção fiscal a compras de até US\$ 50 em plataformas estrangeiras.

Segundo o deputado, se a Fazenda observar efeitos econômicos negativos significativos na indústria nacional, fica comprometida a apresentar um projeto com medidas de

mitigação. "Independentemente da decisão da Fazenda, é necessário, a depender do conteúdo, que isso seja aprovado no Parlamento brasileiro", declarou o petista.

O presidente da comissão especial disse que o adiamento vai permitir que os presidentes do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), conheçam melhor o texto. Deve haver uma reunião entre o presidente e a relatora da comissão com Alcolumbre e Motta na noite desta segunda.

"Nós temos prazo. Amanhã, 10h. Se tiver pedido de vista, eu posso conceder vista de uma até 24 horas", declarou Reginaldo. Segundo o deputado, o texto já está pronto.

A expectativa, segundo ele, é de que a votação ocorra na comissão durante a manhã de hoje. Em seguida, durante a tarde, a Câmara dos Deputados deve apreciar o texto. O Senado Federal realiza a votação amanhã, de acordo com ele. "Está super tranquilo, indo bem", disse o petista.

CONGELAMENTO

Bolsa Família não terá reajuste previsto no Orçamento de 2027

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Enviada ontem ao Congresso Nacional, a proposta de Orçamento para 2027 não prevê reajuste nos valores do Bolsa Família. O projeto reserva R\$ 157,1 bilhões para o programa social, valor inferior aos R\$ 158,6 bilhões previstos para 2026 e aos R\$ 167,2 bilhões destinados em 2025.

Com a proposta, o benefício mínimo permanece em R\$ 600 por família. O congelamento ocorre em meio ao esforço da equipe econômica para conter o crescimento das despesas obrigatórias e transferir ao Congresso a discussão sobre uma eventual correção dos valores durante a tramitação do Orçamento.

BENEFÍCIO CONGELADO

O Bolsa Família não tem reajuste desde seu relançamento, em março de 2023.

A legislação do programa prevê que os valores podem ser corrigidos em um intervalo de até dois anos. Na interpretação do governo, porém, a regra autoriza a revisão, mas não determina que ela seja obrigatória.

Além do benefício mínimo de R\$ 600, o programa prevê pagamentos adicionais conforme a composição da família. Existem benefícios extras de R\$ 150 por criança de até 6 anos, de R\$ 50 por gestante, de R\$ 50 por jovem de 7 a 18 anos incompletos e de R\$ 50 por bebê de até 6 meses.

Os adicionais são cumulativos, de acordo com as características de cada família.

QUEM RECEBE

Número

2027

O projeto reserva R\$ 157,1 bilhões para o programa social, valor inferior aos R\$ 158,6 bilhões previstos para 2026.

Para ter direito ao Bolsa Família, a renda mensal por pessoa da família deve ser até R\$ 218. Também é necessário manter o Cadastro Único atualizado e cumprir as condicionalidades previstas nas áreas de saúde e educação.

Em agosto, o programa alcançou cerca de 19,3 milhões de famílias. No mesmo período de 2025, eram aproximadamente

19,2 milhões de famílias atendidas.

O número de beneficiários, portanto, permanece próximo ao registrado no ano anterior, apesar da redução na previsão orçamentária para 2027.

PRESSÃO

A decisão de manter os valores sem correção ocorre em um cenário de maior pressão sobre as contas públicas. O governo prevê redução nominal dos recursos destinados ao programa, enquanto tenta limitar o avanço das despesas obrigatórias.

Durante a tramitação do projeto no Congresso, parlamentares poderão discutir alterações na previsão orçamentária e pressionar por uma eventual recomposição dos benefícios.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

CONTRATAÇÃO Nº 241/2026

O Pregoeiro Pedro Paulo Gonçalves Baptista Alves Nunes convida as empresas interessadas em participarem da **Contratação: 241/2026** no dia 15/09/2026 às 11h. **Objeto: Materiais Hospitalares: Geral-Terapia Intensiva (AGULHA PUNÇÃO OSSA; CATETER BALÃO, CONTRAPULSAÇÃO AÓRTICA; CONJUNTO DE MONITORIZAÇÃO DE PAM; KIT DE GASTROTOMIA ENDOSCÓPICA DE 24 FRENCH E ETC).** Processo nº 33409.008515/2025-81. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA JAMIL HADDAD

MINISTÉRIO DA SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico 250057.159/2026

O Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, torna público o EDITAL de Licitação do **Objeto: AQUISIÇÃO DE INSUMOS ORTOPÉDICOS EM REGIME DE CONSIGNAÇÃO (BROCA CORTANTE ESFÉRICA E OUTROS) (01 GRUPO)**, estando vinculado ao Processo SEI nº 25057.007021/2025-98. Abertura da sessão pública às 14h do dia 10/09/2026, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br assim como, recebimento de propostas a partir da data de publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

CONTRATAÇÃO Nº 404/2026

A Pregoeira Jerusa Ferreira Dias convida as empresas interessadas em participarem da **Contratação: 404/2026** no dia 16/09/2026 às 11:00h. **Objeto: Contratação de Máquinas de Autoatendimento (vending machine) por meio de Cessão de uso em caráter oneroso.** Processo nº 33409.007609/2024-51. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA JAMIL HADDAD

MINISTÉRIO DA SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico 250057.128/2026

O Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, torna público o EDITAL de Licitação do **Objeto: AQUISIÇÃO DE CONSUMO DE LÍNGUA E OUTROS) REPETIÇÃO-02 ITENS)**, estando vinculado ao Processo SEI nº 25057.016821/2025-08. Abertura da sessão pública às 10h do dia 15/09/2026, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br assim como, recebimento de propostas a partir da data de publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União.

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA JAMIL HADDAD

MINISTÉRIO DA SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico 250057.128/2026

O Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, torna público o EDITAL de Licitação do **Objeto: AQUISIÇÃO DE CONSUMO DE LÍNGUA E OUTROS) REPETIÇÃO-02 ITENS)**, estando vinculado ao Processo SEI nº 25057.016821/2025-08. Abertura da sessão pública às 10h do dia 15/09/2026, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br assim como, recebimento de propostas a partir da data de publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União.

CRIME ORGANIZADO

Justiça do Rio decreta a falência do Grupo Refit

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A Justiça do Rio de Janeiro decretou, ontem, a falência das empresas que compõem o Grupo Refit. O juiz da 5ª Vara Empresarial Arthur Ferreira converteu em falência a recuperação judicial da Gasdiesel Serviços, localizada em Duque de Caxias; a Distribuidora S.A., em Manguinhos; a Química S/A, na Rodovia Anhanguera, em Campinas, e a Refinaria de Petróleos Manguinhos, na Avenida da Brasil.

O magistrado determinou, entre outras medidas, que as empresas apresentem, no prazo máximo de cinco dias, a relação nominal dos credores e informações ao administrador judicial. Determinou, também, o

bloqueio de todas as contas bancárias das companhias falidas, solicitando à Receita Federal as últimas declarações do imposto de renda e as declarações sobre as operações imobiliárias.

O pedido de recuperação judicial tramitava desde 2015 sem solução, com pedido de falência pelo Estado do Rio de Janeiro e, também, pelo Ministério Público Estadual, por meio do Grupo de Atuação Especializada e de Defesa da Integridade e Repressão à Sonegação Fiscal (Gaesf).

Na decisão, o juiz Arthur Ferreira aponta as irregularidades encontradas em operações policiais deflagradas contra as empresas comprovando que o negócio empreendido pela Refit e suas empresas coligadas (for-

malmente ou não) estava baseado em atos reiterados de sonegação fiscal e fraude fiscal estruturada.

“As operações Cadeia de Carbono e Carbono Oculto, por parte da Receita Federal, Operação Poço de Lobato, deflagrada pelo Ministério Público de São Paulo e a Procuradoria da Fazenda Nacional, além da interdição administrativa da Agência Nacional de Petróleo (ANP), atestaram as inúmeras irregularidades e falsidades operacionais”, disse o magistrado na decisão.

O juiz ressaltou que a Operação Sem Refino, no dia 15 de maio de 2026, da Polícia Federal, determinou a suspensão das atividades econômicas de todas as empresas do grupo e o bloqueio de R\$ 52 bilhões em ativos financeiros. “Evidenciou que o

verdadeiro modelo de negócio empreendido pela Refit e suas empresas coligadas é baseado, intrinsecamente, em atos reiterados de sonegação fiscal e fraude fiscal estruturada, por meio de ocultação patrimonial e esvaziamento econômico da empresa deliberadamente para fins de não pagamento de tributos”, pontuou o magistrado.

As empresas mantinham uma dívida em tributos com o Estado do Rio de Janeiro e vinham se negando a pagar. Inicialmente, obtiveram medida judicial que as autorizava ao parcelamento da dívida com o Estado e que foi cassada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). O juiz ressalta que a falta de pagamento da arrecadação tributária compromete a capacidade de arrecadação do Estado.

Nota

CAMPANHA DE VACINAÇÃO É PRORROGADA ATÉ 12 DE SETEMBRO NA CIDADE DO RIO

A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) do Rio prorrogou a Campanha de Multivacinação para crianças e adolescentes menores de 15 anos até o dia 12 de setembro em toda a cidade. Iniciada em 3 de agosto, a iniciativa foi estendida a fim de dar a oportunidade aos pais e responsáveis de atualizarem o esquema vacinal dos pequenos. Até o momento, o público-alvo da

campanha já recebeu 167 mil doses das vacinas ofertadas. Um dado destaca a adesão da população carioca à imunização: das mais de 107 mil cadernetas avaliadas pelas equipes de saúde, aproximadamente 51% já estavam em dia.O objetivo da campanha é ampliar a cobertura vacinal, atualizar a situação vacinal de crianças e adolescentes e facilitar o acesso às vacinas. A imunização está sendo realizada de forma seletiva, ou seja, cada caderneta é avaliada pelas equipes de saúde e são aplicadas apenas as doses necessárias para colocar a vacinação em dia.

ESPECIAL

Rio lidera preço do seguro de carro no país, com diferença de mais de 100% entre regiões da cidade

FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA/BRASIL



POR REDAÇÃO

O Rio de Janeiro encerrou julho com os maiores índices de preço do seguro de automóveis entre as regiões metropolitanas analisadas no país. Enquanto o custo do seguro auto recuou no Brasil ao longo de 2026, motoristas da capital fluminense continuam encontrando valores acima dos registrados em outras cidades, com diferenças que também aparecem dentro do próprio município, de acordo com levantamentos do setor divulgados em agosto.

Dados do IPSA, Índice de Preços do Seguro de Automóvel elaborado pela TEx, empresa da Serasa Experian, mostram que o indicador da Região Metropolitana do Rio ficou em 5,6% em julho, acima de São Paulo (4,4%), Recife (4,1%), Belo Horizonte (3,9%) e Fortaleza (3%). O percentual representa a relação entre o preço médio do seguro e o valor do veículo.

Outro levantamento, da Credits Seguros, apontou que o Rio apresentou em julho as maiores cotações entre 11 capitais para os dez carros mais vendidos considerados pela pesquisa, tanto para homens quanto para mulheres. Entre os exemplos está o BYD Song Plus: a apólice chegou a R\$ 13.716,70 para o perfil masculino e R\$ 13.547,68 para o feminino na capital fluminense. Em São Paulo, as cotações para o mesmo veículo ficaram próximas de R\$ 3,3 mil.

A diferença está relacionada ao modelo utilizado pelas seguradoras para calcular o risco. Segundo a Superintendência de Seguros Privados (Susep), fatores como ida-

de, tempo de habilitação e sexo do principal condutor, tipo de utilização do automóvel, região de circulação e presença de dispositivos de segurança podem ser considerados na definição do prêmio.

Zona Oeste tem seguro de carro mais caro dentro do Rio

O CEP também produz diferenças entre motoristas da própria capital. Em julho, o IPSA chegou a 7,3% na Zona Oeste, contra 3,5% na Zona Sul. Isso significa que o índice registrado na Zona Oeste foi 108,6% superior. A Zona Norte apareceu com 7%, seguida pelo Centro, com 6,1%, e pela Zona Sudoeste, com 5,1%.

Os números do Rio contrastam com o movimento observado no mercado nacional. O IPSA ficou em 4,3% em julho, menor nível da série analisada. Em julho de 2025, estava em 5,1%, o que representa uma redução de 15,7% em 12 meses. Entre janeiro e julho deste ano, a queda foi de 8,5%.

Rodolfo Brandão, gerente executivo de Seguros da Serasa Experian, explica que a formação dos preços depende da combinação de características do segurado e do automóvel. “Localização, idade do condutor, valor e idade do veículo, entre outros fatores, ajudam a explicar por que perfis aparentemente semelhantes podem encontrar condições bastante diferentes”, afirma.

Apesar da redução dos preços relativos, o seguro de automóveis continua movimentando uma parcela do mercado segurador brasileiro. Dados oficiais da Susep mostram que o segmento arrecadou R\$ 30,73 bilhões em prêmios no primeiro semestre de 2026, crescimento nominal de 6,29% e avanço real de 1,86% em relação ao mesmo período do ano passado.

Na contratação, a Susep orienta que o consumidor não considere apenas o preço. As condições da apólice determinam quais riscos estarão cobertos e o limite de responsabilidade da seguradora. Entre as possibilidades estão proteção contra colisão, incêndio, roubo e furto, além de serviços adicionais. A autarquia também recomenda que o segurado tenha acesso às condições contratuais antes de fechar o negócio e avalie se as coberturas correspondem ao seu perfil de utilização do veículo.

OPERAÇÃO TROPA

Jogadores do Vasco e do Vila Nova são alvos de mandados de busca

ALANA GANDRA/ABRASIL

Os jogadores de futebol David Corrêa, do Vasco da Gama (RJ), e Hayner Cordeiro, do Vila Nova (GO), foram alvos de mandados de busca e apreensão ontem, em uma ação liderada pela Polícia Civil do Espírito Santo.

A operação A Tropa apura supostos crimes de tráfico de drogas e de armas, além de lavagem de dinheiro, por uma organização criminoso de atuação interestadual.

De acordo com a Polícia Civil capixaba, foram cumpridos ontem quatro mandados de prisão temporária e 15 mandados de busca e apreensão. A operação segue em andamento.

As diligências são realizadas em municípios da Grande Vitória e também em Afonso Cláudio, no Espírito Santo. Também há alvos localizados no Rio de Janeiro, em Goiás e no Distrito Federal.

O objetivo dos agentes é esclarecer os crimes e promover a desarticulação da estrutura criminosa em questão. O nome da operação faz referência ao nome usado pelos próprios investigados para se referirem ao grupo.

VASCO E VILA NOVA

Por meio de sua assessoria de imprensa, o Vasco da Gama disse que está colaborando com as autoridades e aguarda a conclusão das investigações.

Segundo a Polícia Civil do Rio de Janeiro, o atleta do clube é o único alvo da operação

na capital fluminense. Os mandados contra David Corrêa foram cumpridos na residência do jogador e no Centro de Treinamento do Vasco.

Em nota oficial, o Vila Nova Futebol Clube também se manifestou sobre a operação e disse que Hayner afirmou não ter envolvimento com atividades ilícitas. O clube comunicou que aguarda os desdobramentos da operação e, “a partir dos fatos que forem efetivamente apurados pelas autoridades competentes, tomará as medidas que se fizerem necessárias”.

O Vila Nova informou que os mandados de busca e apreensão foram cumpridos na residência do atleta Hayner e no Centro de Treinamento Vila do Tigre, “exclusivamente em seu armário pessoal, para averiguação”, diz a nota.

“Hayner acredita que tenha sido incluído entre os alvos da medida judicial em razão de uma amizade de infância com um dos investigados por tráfico de drogas, que é oriundo da mesma comunidade onde o jogador cresceu, no Espírito Santo, local também relacionado a outros atletas que foram alvo da operação”, acrescentou o texto divulgado.

O clube afirmou ainda que Hayner colaborou integralmente com as autoridades e se colocou à disposição para prestar todos os esclarecimentos necessários. “Até o momento, Hayner continua exercendo suas atividades profissionais normalmente”.

EMS

Anvisa aprova nova caneta emagrecedora à base de semaglutida

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou o registro de um novo medicamento da classe dos agonistas do receptor GLP 1, popularmente conhecidos como canetas emagrecedoras.

O Yluméc, produzido pela farmacêutica EMS, tem como princípio ativo a semaglutida, o mesmo do Ozempic, que teve sua patente expirada em 20 de março.

Em nota, a EMS informou que a nova caneta é indicada para o tratamento de adultos com diabetes tipo 2 e será produzida na fábrica de peptídeos localizada no complexo de Hortolândia (SP).

De acordo com o registro

DOENÇA

SUS terá três novos medicamentos para câncer de pulmão

Três novos medicamentos para o tratamento de câncer de pulmão serão disponibilizados a pacientes em tratamento no Sistema Único de Saúde (SUS) a partir de outubro. São eles o brigatinibe, o gefitinibe e o durvalumabe.

De acordo com o Ministério da Saúde, cerca de 1,9 mil pacientes devem ser atendidos. Consideradas medicações de alta tecnologia, os remédios podem custar até R\$ 643 mil por ano na rede privada.

O brigatinibe e o gefitinibe são duas terapias-alvo orais que atuam diretamente sobre

alterações específicas das células cancerígenas. Uma das vantagens é que o remédio pode ser administrado na casa do paciente com menor incidência de eventos adversos em comparação aos esquemas convencionais de quimioterapia.

O terceiro medicamento, o durvalumabe, estimula a capacidade do sistema imunológico de combater os tumores cancerígenos. Ele é indicado para pacientes com câncer de pulmão em estágio 3, que não podem ser tratadas com cirurgia.

Caso Motorista

PRE livra Tarcísio, mas diz não ser coincidência ação da Polícia Militar

PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO/AE

A Procuradoria Regional Eleitoral de São Paulo isentou o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), de crime eleitoral e arquivou o pedido de investigação sobre a suposta perseguição de viaturas da Polícia Militar ao carro utilizado pelo candidato Fernando Haddad (PT) (foto). A campanha petista havia solicitado a abertura de uma apuração sobre o episódio por suspeita da prática dos crimes de abuso de poder e abuso de autoridade.

O órgão, porém, não descartou a hipótese de que o patrulhamento tenha sido irregular e disse que o fato de duas viaturas táticas terem cruzado com o carro do petista em um intervalo de 44 minutos e em um "raio geográfico estreito" não pode ser considerado "mera coincidência".

"Resta afastada qualquer dúvida quanto à eventual prática de ilícitos eleitorais pelo governador e candidato à reeleição, Tarcísio de Freitas, não subsistindo, portanto, atribuição desta Procuradoria para oficial no presente expediente", escreveu o procurador regional eleitoral Paulo Tau-bemblatt.

Como atua apenas no âmbito eleitoral, a Procuradoria enviou uma cópia da investigação para o Ministério Público de São Paulo (MP-SP) tomar "providências que entender cabíveis" - isto é, continuar a apuração caso entenda que a polícia cometeu alguma irregularidade administrativa ou abuso. Há um inquérito aberto pela Polícia Civil sobre o caso.

"O caráter excepcional desse duplo engajamento tático, em tão curto espaço de tempo e com guarnições que não realizam radiopatrulha comum de 190, fragiliza sobremaneira a tese de regularidade e casualidade administrativa levantada pela corporação", afirmou o procurador.

O caso teve início após o motorista de Haddad ter relatado uma atuação fora do padrão por parte de viaturas policiais ao deixar o candidato em casa, na região do Planalto Paulista, zona sul da capital, na noite do dia 11 de agosto.

Imagens mostram que uma viatura passa pelo carro segundos antes de Haddad descer do carro. De acordo com o relato do motorista, ao deixar o local, ele teria sido seguido por uma viatura até parar em frente a um hotel na Rua Joinville, a 4,3 quilômetros dali, onde teria sido abordado pela polícia.

Imagens obtidas pelo Estadão, contudo, indicam que, ao menos em parte do caminho entre a casa do candidato e o hotel, o carro do motorista, um Ford Fusion, não foi seguido de perto pela viatura. As gravações mostram que o motorista ficou 25 minutos estacionado diante do hotel, até que uma viatura emparelha com seu veículo, desacelerando até quase parar, mas segue viagem.

Ontem, Haddad convocou uma coletiva de imprensa, na qual apresentou novas imagens e um laudo pericial assinado por dois peritos judiciais. O documento chega a uma conclusão diferente: uma viatura parou próximo do carro do motorista quando ele estacionou em frente ao hotel.

Segundo os peritos, a viatura estacionou em um "ponto cego" - não abarcado pelas câmeras do local. No entanto, eles argumentam que é possível concluir que houve a parada da viatura porque uma das câmeras mostra a presença de um policial a pé na rua. "Não haveria explicação para a presença do policial deslocando-se a pé pela via caso o veículo apenas tivesse passado em trânsito, sem parada", afirmou o documento.

Essa viatura teria ficado es-



tacionada no local por cerca de 20 minutos. Durante dois deles, no início, de forma simultânea ao Ford Fusion do motorista de Haddad.

Na coletiva, o candidato a governador pelo PT afirmou que as novas imagens desmentem a narrativa oficial do governo estadual de que a viatura havia apenas passado pelo carro dirigido por seu motorista.

No início da campanha eleitoral, Tarcísio declarou que a investigação monitorou o GPS das viaturas e imagens de mais de 70 câmeras. A conclusão foi de que não houve perseguição e que "algumas viaturas" cruzaram com o carro do motorista e seguiram dirigindo.

"O que diz o discurso oficial? Que a viatura de fato passou por ele (motorista) e aí palavras textuais do governador 'e não parou'. Seguiu viagem", disse Haddad ontem. "Nós temos uma imagem periciada e o que ficou identificado foi que a viatura parou, e por dois minutos permaneceu lá (no hotel) enquanto o motorista estava. Um policial sai da viatura com uma lanterna, inclusive", acrescentou o petista.

O relato do motorista é que o policial teria dito a ele para "vazar" do local.

Uma terceira viatura também teria passado em frente ao hotel e, nas palavras de Haddad, houve "uma movimentação tentando identificar as câmeras que poderiam registrar o episódio". Nesse momento, o motorista já havia partido.

Haddad afirmou que, desde o início, não acusou ninguém, pressupôs boa-fé e que eventualmente aconteça de policiais não respeitarem o protocolo da Polícia Militar e que apenas quer esclarecer o episódio.

"Para que tudo fique tranquilo, todo mundo se sinta seguro e possa fazer uma campanha limpa, tranquila, sem se sentir desprotegido", afirmou o candidato petista.

O laudo pericial apresentado por Haddad se choca com as informações prestadas pela Secretaria de Segurança Pública (SSP) À Procuradoria, a pasta informou que uma viatura que passou pelo carro de Haddad enquanto ele chegava em casa pertencia a Força Tática e tinha o prefixo M-03010. A patrulha estaria voltando para sua base operacional, que fica a 1,2 quilômetro do local.

A SSP refuta a hipótese de perseguição porque a M-03010 chegou à base às 21h56. Já o motorista de Haddad estacionou no hotel às 21h58. "Nenhuma viatura policial acompanhou a chegada do Fusion [ao hotel]", afirmou o órgão.

Ainda segundo a pasta, uma segunda viatura de prefixo M-12070 patrulhava a rua Joinville e cruzou com o veículo do motorista às 22h24. "O Fusion permaneceu estacionado por meios próprios e deixou a rua de forma autônoma às 22h26, sem ser seguido".

Ainda de acordo com a SSP, uma terceira viatura, M-12090 chegou ao local às 22h38, 12 minutos após a saída do motorista. "O que torna fisicamente impossível qualquer contato entre eles".

A campanha de Haddad afirmou que o laudo pericial e as novas imagens foram anexadas ao inquérito aberto pela Polícia Civil.

De Saída

Bruno Dantas renuncia ao cargo de ministro do TCU

O ministro Bruno Dantas (foto) apresentou ontem uma carta de renúncia ao cargo de integrante do Tribunal de Contas da União (TCU). Dantas ocupava o cargo de 2014.

O ministro informou que deixou o tribunal para se dedicar à iniciativa privada. Ele tem 48 anos e poderia permanecer no TCU até 75 anos, quando completaria o prazo de aposentadoria compulsória.

Em carta enviada ao presidente do TCU, Vital do Rêgo, Bruno Dantas disse que cumpriu seus deveres com "lealdade e dedicação" e que decidiu deixar o cargo em busca de "novos desafios".

"Aos colegas ministros e, de modo muito especial, aos auditores do Tribunal de Contas da União: convivi com vocês nos anos mais intensos da minha vida pública, e foi com vocês que aprendi o que é o serviço público em sua expressão mais nobre", declarou.

Com a saída de Dantas, caberá ao Senado indicar um novo integrante para o TCU. Ele integrava uma das cadeiras da Casa.

O plenário do TCU é composto por nove ministros, sendo seis de indicação do Congresso e três da Presidência da República.

Vital do Rêgo

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Vital do Rêgo, afirmou ontem,



que recebeu com tristeza e emoção o pedido do ministro Bruno Dantas para renunciar ao cargo na Corte.

Vital do Rêgo afirmou que Dantas foi um "confidente e grande amigo" que tinha no Tribunal e que ele deixará um legado de inteligência e coragem na Corte.

"Recebo com emoção e, confesso, com um sentimento de tristeza, a decisão de Bruno Dantas de encerrar sua trajetória como ministro do Tribunal de Contas da União ... Agradeço profundamente por sua dedica-

ção, pelo trabalho realizado e pela contribuição que deixou para a história desta Corte. O TCU sentirá sua falta e guardará, com reconhecimento e gratidão, a marca de sua passagem", afirmou o presidente da Corte por meio de nota.

Dantas, por sua vez, deve migrar para a iniciativa privada e tem o nome cotado para o comando da Avibras, fabricante nacional de aviões recentemente adquirida pelos irmãos Joesley e Wesley Batista, donos do Grupo J&F.

A vaga de Dantas é uma das preenchidas por indicação do Senado Federal. O senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) é o favorito para assumir.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), já havia tentado emplacar o congressista, de quem é aliado, no Supremo Tribunal Federal (STF). Contudo, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, escolheu o advogado-geral da União, Jorge Messias, cuja indicação foi reprovada no plenário da Casa.

Irregularidade

Toffoli suspende propaganda de Renan Santos na internet

ANDRE RICHTER/ABRASIL

O ministro Dias Toffoli, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), decidiu ontem suspender a propaganda eleitoral do candidato à Presidência da República Renan Santos (Missão) na internet.

Toffoli também determinou a suspensão dos repasses do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) para o candidato e o proibiu de participar de debates que forem realizados em televisão, rádio e podcasts.

A decisão do ministro terá validade até a decisão final do TSE sobre o caso.

Segundo Toffoli, o partido Missão deixou de informar à Justiça Eleitoral perfis de propaganda do candidato nas redes sociais.

Na decisão, o ministro pontuou que 16 perfis ligados ao candidato foram informados ao TSE 12 dias após o período de registro de candidatura.

"Em simples consulta ao primeiro deles, que conta com 2,4

milhões de seguidores, constatei que o perfil veicula propaganda eleitoral, atrai recomendações de outros candidatos (que, portanto, igualmente não informaram os endereços à Justiça Eleitoral) e está sendo recomendado por esses candidatos", afirmou o ministro.

No entendimento de Toffoli, os perfis que não foram informados estão em situação irregular. "Constata-se que ao menos um perfil está em utilização irregular para difusão de conteúdo

a milhões de seguidores e com favorecimento pelos algoritmos de recomendação", afirmou.

De acordo com a Lei das Eleições, partidos e candidatos devem informar à Justiça Eleitoral os endereços eletrônicos que serão usados na campanha, incluindo blogs e redes sociais.

Após a decisão do TSE, Renan marcou uma coletiva de imprensa para se pronunciar sobre a suspensão da propaganda. A entrevista será às 17h, em São Paulo.

Faturamento

Meta lidera ranking de serviços prestados a candidatos em 2 semanas

GABRIEL SERPA/AE

A Meta, dona do Instagram, Facebook e Whatsapp, é a empresa que mais arrecada com a prestação de serviços a candidatos no período eleitoral, até o momento. Passados 15 dias do início da campanha, foram pagos R\$ 14,3 milhões à gigante da tecnologia. Os dados são públicos e podem ser acessados na página do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A big tech soma quase o dobro do valor recebido pela segunda empresa no ranking, a dLocal, de processamento de

pagamentos, que arrecadou pouco mais de R\$ 8 milhões até a publicação desta matéria. O principal serviço fornecido pela Meta aos postulantes a cargos públicos é o impulsionamento de material de campanha, tanto no Instagram quanto no Facebook.

A terceira empresa da lista é a Pia Filmes, que recebeu R\$ 4,3 milhões da direção nacional do Progressistas (PP) pela produção de cinco peças de campanha para rádio, televisão e internet.

Líderes

Candidata ao Senado pelo

Paraná, a deputada federal Gleisi Hoffmann (PT) gastou R\$ 350 mil com seis anúncios publicados na rede do bilionário Mark Zuckerberg.

Na sequência vem Tarcísio de Freitas (Republicanos), governador de São Paulo que tenta a reeleição neste ano, com R\$ 300 mil usados para alavancar seis peças de campanha.

O terceiro nesse ranking é o deputado federal Lindbergh Farias (PT), que gastou R\$ 290 mil com oito publicações impulsionadas até o momento. Ele tenta se reeleger para mais quatro anos na Câmara dos Deputados,

representando o Rio de Janeiro.

Fecham os cinco primeiros Marília Aparecida Campos (PT), candidata ao Senado por Minas Gerais, com R\$ 280 mil gastos; e Bruno Lima (Podemos), que disputou uma das vagas paulistas para a Câmara dos Deputados, em Brasília (DF). Ele gastou R\$ 226 mil com conteúdos de campanha alavancados.

Outros 946 candidatos também já contrataram o serviço de impulsionamento nas duas redes controladas pela Meta. Ao todo, o mercado de serviços das eleições de 2026 já movimentou R\$ 235,5 milhões em duas semanas.

Nota

X APONTA LACUNAS EM REGRA DO TSE E PEDE SUSPENSÃO DE FILTRO SOBRE CANDIDATOS

O X contestou a regra estabelecida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que impede as plataformas digitais de recomendar a usuários publicações de candidatos que eles não seguem. Em manifestação enviada à Corte, a empresa afirmou que enfrenta dificuldades para aplicar o mecanismo de forma uniforme e pediu que a determinação seja suspensa ou afastada. Segundo o X, o modelo criado pelo tribunal pode produzir justamente o efeito contrário ao pretendido:

em vez de garantir equilíbrio entre os concorrentes, poderia gerar diferenças no alcance das candidaturas dependendo da qualidade e da atualização das informações fornecidas à plataforma. "A regra pode restringir o alcance da candidatura cuja conta foi corretamente identificada, enquanto outra, cuja conta não foi informada ou não pôde ser identificada com segurança, pode permanecer fora do filtro", afirmou a empresa. Para a plataforma, essa situação cria um paradoxo. "Uma regra criada para assegurar tratamento isonômico pode, em determinadas circunstâncias, produzir justamente a assimetria que pretende evitar", diz a manifestação.

CONGRESSO

Orçamento reserva R\$ 44,8 bi para emendas impositivas

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Enviado ontem ao Congresso Nacional, o projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027 reservou R\$ 44,8 bilhões para emendas parlamentares individuais e de bancada.

O valor representa um aumento de R\$ 4 bilhões em relação aos R\$ 40,8 bilhões previstos inicialmente para as emendas no Orçamento de 2026. O montante, porém, ainda pode crescer durante a tramitação da proposta no Legislativo, principalmente com a inclusão de emendas de comissão.

As emendas parlamentares são recursos do Orçamento cuja aplicação pode ser indicada por deputados e senadores, geralmente para obras, investimentos e projetos nos estados e municípios de suas bases políticas. A liberação dos recursos também se tornou um dos principais instrumentos de negociação entre o Executivo e o Congresso.

VALOR PODE CRESCER

O PLOA apresentado pelo governo contempla apenas as emendas individuais e de bancada, com execução obrigatória. As emendas de comissão, que não são impositivas, não estão incluídas no valor de R\$ 44,8 bilhões reservado pelo Executivo. Durante a tramitação do Orçamento, os congressistas podem destinar recursos para as emendas de comissão por meio de cortes em outras despesas previstas pelo governo, como gastos de custeio e investimentos em obras públicas.

Há, contudo, um limite de R\$ 12,9 bilhões para as emendas de comissão em 2027. A regra foi estabelecida por uma lei complementar que formalizou um acordo entre Congresso, governo e Supremo Tribunal Federal (STF) em meio às discussões sobre transparência e rastreabili-

dade das emendas.

Nos últimos anos, o valor aprovado pelo Congresso tem superado a previsão original do Executivo. As emendas chegaram a R\$ 53 bilhões no Orçamento de 2025 e a R\$ 61 bilhões em 2026.

Na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026, deputados e senadores cortaram recursos destinados a áreas como Previdência, Pé-de-Meia e Auxílio Gás para ampliar o espaço das emendas. Lula vetou R\$ 400 milhões indicados pelos congressistas e remanejou outros R\$ 7 bilhões, reduzindo o montante aos atuais R\$ 49,9 bilhões.

TIPOS DE EMENDAS

As emendas parlamentares são divididas em três categorias principais:

- Individuais: indicadas individualmente pelos 594 deputados e senadores, com execução obrigatória pelo governo.
- De bancada: definidas conjuntamente pelos parlamentares de um mesmo estado, também com execução obrigatória.
- De comissão: definidas por integrantes das comissões permanentes do Congresso e sem execução obrigatória.

A Constituição determina que as emendas individuais tenham uma reserva equivalente a 2% da receita corrente líquida (RCL) do ano anterior ao envio do PLOA. Desse percentual, 1,55 ponto percentual corresponde aos deputados e 0,45 ponto percentual aos senadores.

Para as emendas de bancada, a reserva pode chegar a 1% da RCL realizada no ano anterior. O acordo firmado entre os Poderes estabeleceu ainda que, a partir de 2026, esse valor será atualizado pelas regras do arcabouço fiscal, considerando a inflação e ganho real de até 2,5%.

As emendas de comissão tiveram um valor inicial de R\$ 11,5 bilhões fixado em 2025,

com atualização anual pela inflação.

IMPACTO NAS DESPESAS

O aumento das emendas reduz o espaço disponível para despesas discricionárias do governo, que são os gastos sobre os quais o Executivo tem maior liberdade para decidir.

Entre as áreas que podem disputar esse espaço estão bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), investimentos em infraestrutura, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pro-natec), emissão de passaportes, Farmácia Popular, bolsas para atletas e ações de fiscalização ambiental e trabalhista.

Nos últimos anos, o governo também passou a liberar volumes expressivos de emendas em períodos de maior pressão política no Congresso.

De janeiro a junho de 2026, o Executivo pagou R\$ 32,5 bilhões em emendas, valor 30% superior ao liberado no mesmo período de 2022, até então o recorde anterior.

O ritmo de liberação foi influenciado por uma decisão inédita do Congresso de estabelecer um calendário para o pagamento das emendas. A regra obrigou o governo a empenhar, ainda no primeiro semestre, 65% dos valores previstos.

O empenho é a etapa em que o governo reserva oficialmente o recurso para um gasto que será realizado posteriormente.

DISPUTA ENTRE PODERES

A definição e a execução das emendas também estão no centro de uma disputa entre Congresso, governo e STF. O tema é alvo de uma ação sob relatoria do ministro Flávio Dino, que chegou a suspender pagamentos de emendas em 2024.

Na semana passada, Dino de-

terminou a nulidade de emendas cuja indicação tenha sofrido interferência de presidentes de partidos ou de pessoas sem mandato parlamentar.

A decisão ocorreu em meio a suspeitas de que o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, e o ex-deputado Eduardo Cunha (Republicanos) teriam atuado para direcionar pagamentos. Os dois tiveram bens bloqueados em julho por determinação do ministro em outra decisão.

A crise em torno do mecanismo remonta ao governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Em 2022, o STF considerou inconstitucionais as chamadas emendas de relator, que ficaram conhecidas como “orçamento secreto” por permitirem a destinação de recursos sem a identificação pública dos parlamentares responsáveis pelas indicações.

EMENDAS PIX

Após o fim das emendas de relator, ganharam espaço as chamadas “emendas Pix”, que fazem parte das emendas individuais.

O modelo foi mantido, mas passou a estar submetido a exigências de transparência e rastreabilidade definidas pelo STF. Também permanece o caráter impositivo, ou seja, o governo tem obrigação de executar os recursos dentro das regras estabelecidas.

As indicações precisam identificar previamente a finalidade dos recursos, com prioridade para obras inacabadas, além de prever prestação de contas ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Com a proposta de R\$ 44,8 bilhões apresentada pelo Executivo, o debate sobre o tamanho das emendas volta agora ao Congresso. O valor final do Orçamento de 2027 dependerá da negociação entre deputados, senadores e governo durante a análise e votação do projeto.

GRANDES EVENTOS

Governo publica regras para proteger consumidores

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou ontem dois decretos que tratam dos direitos dos consumidores em eventos públicos. As medidas estabelecem novas regras para a comercialização e a revenda de ingressos, para combater o cambismo digital e também garantir acesso gratuito à água potável em eventos com mais de mil pessoas.

O primeiro decreto sobre venda de ingressos regulamenta dispositivos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e da Lei da Meia-Entrada (Lei nº 12.933/2013) para proteger os consumidores das práticas abusivas e fraudulentas na comercialização de ingressos, com o objetivo de barrar a compra massiva de ingressos por meios automatizados, o chamado cambismo digital.

A medida busca coibir a abusividade de preços, taxas e outras condições de venda de ingressos, bem como assegurar o acesso ao benefício da meia-entrada, tanto nas vendas física e digital. Caberá às bilheterias adotar mecanismos para impedir compras massivas, que visam inflacionar o preço das entradas.

Eventos com grande fluxo de público poderão utilizar mecanismos como filas virtuais, pré-cadastro e limite de ingressos por consumidor. A exceção fica para os eventos esportivos, que já têm lei regulamentadora própria.

“Preços e taxas adicionais devem ser informados de forma clara e visível em todas as

etapas da compra. Também fica vedada a inclusão automática de serviços ou taxas sem que o consumidor tenha sido previamente informado e concordado com a cobrança”, explicou a Secretaria de Comunicação da Presidência da República.

MEIA-ENTRADA

Além disso, a norma considera abusivas práticas que reduzam ou dificultem o acesso à meia-entrada, inclusive limitação artificial da quantidade de ingressos, obstáculos operacionais, tecnológicos ou cadastrais excessivos e cobrança de taxas que dificultem o acesso ao benefício.

Ingressos promocionais não poderão ser contabilizados para o cumprimento do percentual legal destinado ao benefício.

ACESSO À AGUA

O segundo decreto cria uma regra para determinar que grandes eventos, com mais de 1 mil pessoas, deverão garantir acesso à água potável para o público, com a obrigatoriedade de existência de pontos de distribuição gratuita. O decreto também permite ao público a entrada nos eventos com água.

A medida vale para diferentes tipos de eventos, a exemplo de festivais, congressos, conferências, feiras, shows, entre outros, e de sua realização em locais abertos ou fechados. O descumprimento das disposições sujeita os responsáveis às sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

8 ESTADOS

Como quadrilha acha brechas na segurança e furta apartamentos

Uma quadrilha especializada descobriu falhas em sistemas de segurança eletrônica e portarias para invadir e furtar dezenas de apartamentos de luxo em oito Estados do Brasil. Conforme exibição do Fantástico, da Rede Globo, no domingo passado, as investigações apontam que criminosos burlavam a segurança de condomínios e entravam pela porta da frente, sem usar de violência.

As defesas de dois envolvidos informaram que se manifestarão apenas nos autos do processo e outras não foram localizadas. Leia mais informações abaixo.

De acordo com a reportagem, em um dos casos, ocorrido em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em 7 de março, uma mulher teve o rosto reconhecido pelo sistema de segurança do prédio. Um homem entrou logo atrás dela. Pouco depois, a dupla fugiu do condomínio levando dinheiro, cheques, joias, bolsas de grife e um casaco de pele.

Conforme o Fantástico, em Belo Horizonte, em Minas Gerais, em 27 de fevereiro, um grupo invadiu um condomínio após um dos suspeitos se passar por morador e ligar para a empresa de segurança. Desta forma, conseguiu alterar o cadastro, trocar o e-mail e colocar a própria foto no sistema. Com isso, para a câmera, ele aparecia como um morador. Conseguiu entrar no condomínio acompanhado de outras duas pessoas. Após cerca de uma hora, saíram do prédio com uma mochila que não tinham quando chegaram ao local.

CONEXÃO

A polícia encontrou uma ligação entre casos registrados em diferentes Estados. Segundo a reportagem do Fantástico, o mesmo carro alugado apareceu em Belo Horizonte, em Porto Alegre e em São Paulo.

Segundo as investigações, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, os criminosos conseguiram furtar os apartamentos. Já em São Paulo, houve a tentativa.

A polícia aponta Vinícius Scarpari como o elo entre todos os casos. Natural da zona leste de São Paulo, ele e os demais envolvidos teriam se conhecido entre os bairros da Mooca e do Belém.

Uma apuração do Fantástico mostra que o nome dele aparece em pelo menos 30 boletins de ocorrência, quase sempre com diferentes comparsas, sendo os primeiros furtos cometidos em 2020 contra casas térreas. A partir de 2023, o crime começou a ser cometido contra prédios de lixo.

USO DE REDES SOCIAIS

Ainda de acordo com a exibição da Rede Globo, postagens de rotina, joias, grifes e viagens expunham o poder aquisitivo das vítimas e indicavam quando as casas estavam vazias.

Em seguida, era a vez da etapa por busca dos dados pessoais.

Um delegado da Polícia Civil do Rio Grande do Sul afirmou que os criminosos conseguiram obter informações, muitas vezes, pela chamada Deep Web, inclusive comprando cadastros de atas condominiais.

TRE-SP

Tarcísio é multado por discurso eleitoral em culto evangélico

GUILHERME MATOS/AE

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), foi multado em R\$ 2 mil por fazer discurso eleitoral durante um culto na Igreja Evangélica Assembleia de Deus. A decisão, publicada no último sábado, apontou irregularidade em usar espaço público para promover candidaturas

A Lei das Eleições equipara templos religiosos a bens de uso comum para fins eleitorais, ainda que sejam propriedade privada. Pela norma, locais aos quais a população em geral tenha acesso (como igrejas) entram na mesma categoria de postes, viadutos e paradas de ônibus, onde é vedada qualquer tipo de propaganda eleitoral.

Na decisão, o juiz auxiliar da propaganda eleitoral do Tribunal Regional de Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), Ronnie Herbert Barros Soares, ressaltou que a liberdade religiosa é compatível com essa vedação.

"A ilicitude decorre exclusivamente do emprego do espaço

religioso para manifestação de apoio a candidaturas determinadas", disse o magistrado na decisão.

O discurso ocorreu na noite de 17 de agosto. Segundo a apresentação, Tarcísio discursou do púlpito da igreja, usando o sistema de som do templo, e dirigiu-se nominalmente a candidatos de seu grupo político, indicando os cargos aos quais concorriam

O governador mencionou o deputado federal Paulo Freire (PL), a quem disse: "você tem que continuar sendo instrumento na Câmara dos Deputados". Também citou o deputado estadual André do Prado (PL) o ex-secretário de Segurança Pública Guilherme Derrite (PP-SP), ambos concorrendo a vagas no Senado, e a deputada estadual Marta Costa (PSD).

"O Estado de São Paulo merece bons senadores. Merece André do Prado e Guilherme Derrite. A Câmara Federal merece Paulo Freire (...) E a Assembleia Legislativa merece Marta Costa. Aliás, a Assembleia Legislativa

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



merece e eu mereço também, porque eu preciso de alguém para continuar me apoiando lá", disse o governador na ocasião.

Na decisão, o juiz Ronnie Herbert Barros Soares reconheceu conteúdo religioso no início da fala, com referência a um trecho do livro de Jeremias. Apon-tou, porém, mudança de tom quando o governador passou a tratar da disputa eleitoral e apre-

Nota

COORDENADOR DA CAMPANHA DE FLÁVIO MOSTRA PREOCUPAÇÃO COM VOTOS NO SUDESTE

O senador Rogério Marinho (PL-RN), coordenador da campanha presidencial de Flávio Bolsonaro (PL), afirmou ontem, que tem observado uma redução do apoio do Sudeste a Flávio no pleito deste ano em relação ao que foi registrado em 2022, quando Jair Bolsonaro (PL) concorreu. "No caso do Sudeste, estamos numa

situação um pouco pior do que em 2022", declarou, no evento "Macro Day", promovido pelo BTG Pactual. Segundo ele, porém, há uma redução da desvantagem no Nordeste na comparação com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), principal adversário de Flávio na disputa. "Proporcionalmente, Lula está se saindo pior em relação a 2022. Claro que ele vence no Nordeste, mas com uma diferença menor. Vai ser bem menor", afirmou Marinho.

EUA

Trump ainda sugere 3º mandato, mas já projeta vida fora da Casa Branca

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que há meses alimenta especulações sobre uma possível tentativa de permanecer na Casa Branca além de 2029, começou recentemente a dar sinais de que admite uma vida fora da Presidência ao fim do atual mandato. Em discursos, passou a falar sobre o que fará depois de deixar o cargo e sobre como reagiria ao ver um sucessor reivindicar o mérito por medidas de seu governo.

"O próximo presidente de vocês vai dizer: 'Que ótimo trabalho eu fiz'", afirmou Trump neste mês, em evento em Long Island, Nova York. "Ele vai estar sentado por aí, assistindo televisão. Um verdadeiro paspalho. A menos que vocês votem nos republicanos, é claro."

A mudança de tom ocorre a nove semanas das eleições de meio de mandato, momento em que presidentes em segundo mandato normalmente começam a enfrentar sinais crescentes de perda de influência. Desde que voltou à Casa Branca, porém, Trump deixou aberta a possibilidade de buscar um terceiro mandato, apesar de reconhecer que a Constituição impede uma nova eleição.

"Ele vai para todos os lados", disse Brian Kalt, professor de Direito Constitucional da Universidade Estadual de Michigan. Segundo ele, as declarações contraditórias permitem que Trump, no futuro, sustente tanto que nunca pretendeu concorrer quanto que nunca descartou a hipótese.

A Casa Branca rejeita a interpretação de que o presidente esteja cada vez mais concentrado no fim do mandato e em seu legado. A porta-voz Olivia Wales afirmou que Trump "luta todos os dias" para cumprir promessas de reduzir crimes violentos, reforçar a fronteira com o México e baixar preços de medicamentos. "O único legado com o qual o presidente Trump está preocupado é tornar os Estados Unidos maiores do que nunca", disse.

Ainda assim, Trump passou a mencionar com frequência como imagina o período posterior à Presidência. Em comício na Pensilvânia, afirmou que estará em casa enquanto o próximo presidente se atribui o mérito por realizações de sua gestão. Uma semana depois, na Geórgia, disse que poderá estar "chorando" ao assistir de casa a um eventual governo democrata.

Em Michigan, porém, voltou a introduzir dúvida. "Daqui a dois anos e meio, vocês podem ter um presidente diferente - podem", afirmou, enfatizando

a última palavra. Depois acrescentou: "Estarei sentado em casa. Estarei lendo os jornais. Estarei assistindo televisão."

Ao mesmo tempo, Trump continua a insinuar uma candidatura em 2028. No jantar da Associação de Correspondentes da Casa Branca, no mês passado, brincou que "a terceira vez será ainda melhor", antes de dizer que estava "só brincando", e encerrou o discurso usando um boné de campanha de 2028.

A 22ª Emenda da Constituição determina que ninguém pode ser eleito presidente mais de duas vezes. Ratificada em 1951, a regra surgiu após Franklin Roosevelt vencer quatro eleições presidenciais. Nenhum outro presidente havia rompido a tradição, iniciada por George Washington, de deixar o cargo após dois mandatos.

Trump já afirmou à NBC News que existem "métodos" para buscar um terceiro mandato. Uma das hipóteses mencionadas seria concorrer como vice na chapa do atual vice-presidente, JD Vance, em 2028, e assumir posteriormente caso Vance deixasse o cargo. À revista Time, Trump também disse haver "algumas brechas", embora tenha afirmado não acreditar que deveriam ser usadas. Mais recentemente, no entanto, reconheceu a jornalistas: "Eu adoraria concorrer, mas a lei é muito clara."

Para Kalt, as declarações de Trump permitem interpretações opostas. "As pessoas realmente tendem a encontrar, nas palavras de Trump, aquilo que querem ouvir", afirmou.

A discussão também ocorre em meio a sinais de que Trump pensa em como sua passagem pela Casa Branca será lembrada. Segundo Paul Begala, ex-assessor do presidente Bill Clinton, presidentes em segundo mandato costumam começar a se preocupar mais com o legado ao ultrapassar a metade do período no cargo.

Trump tem investido em mudanças físicas na Casa Branca e em Washington, retomando a imagem de incorporador imobiliário que marcou sua carreira em Nova York. Entre os projetos estão um arco próximo ao Memorial Lincoln, restauração de fontes, alterações no Jardim das Rosas, um heliponto e um grande salão de festas.

O salão deve ficar pronto apenas no fim de 2028. "Não é para mim, porque vou ficar aqui por um período muito curto" quando a obra for concluída, disse Trump recentemente no Salão Oval. "Vou estar aqui por quatro, cinco, seis meses. Isso é para futuros presidentes."

ONTÁRIO

Google Maps adere a palhaçada de Trump e muda nome de lago

O Google atualizou seu aplicativo de mapas para renomear o Lago Ontário como "Lago América" para usuários nos Estados Unidos, refletindo uma recente ordem executiva do presidente Donald Trump que mudou o nome do lago, diz o gigante global da tecnologia.

A atualização do Google Maps ocorre dias após a ordem de Trump em meio a uma guerra comercial crescente com o Canadá, que levou ambos os países a impor bilhões de dólares em tarifas adicionais sobre os produtos um do outro. Isso ecoa o que o Google fez em 2025 quando Trump emitiu uma ordem para renomear o Golfo do Méxi-

co como Golfo da América.

O Google disse em um post no blog no sábado que a decisão foi baseada em sua prática de usar nomes atribuídos pelo Sistema de Informações de Nomes Geográficos dos EUA, também conhecido como GNIS.

"As pessoas que usam o Maps nos EUA verão 'Lago América', aquelas no Canadá continuarão a ver 'Lago Ontário', e aquelas fora dos EUA e Canadá verão ambos os nomes", disse o Google em um breve comunicado. "Essas atualizações seguem nossa política de longa data para corpos d'água com nomes que variam de país para país, e estão começando a ser implementadas agora."

DEFESA

Israel e Grécia assinam acordo bilionário de armas

Israel assinou um acordo bilionário de armamentos com a Grécia, o maior já firmado entre os dois países, em um momento em que as exportações israelenses de equipamentos de defesa disparam.

O Ministério da Defesa de Israel informou ontem que o acordo de exportação de bens de defesa de 3 bilhões de euros (cerca de US\$ 3,5 bilhões), batizado de "Escudo de Aquiles", é um dos maiores do país e inclui um sistema de defesa aérea em múltiplas camadas para a Grécia, usando tecnologia israelense.

"Israel e Grécia compartilham interesses estratégicos comuns e enfrentam desafios regionais compartilhados. Em um momento em que atores com ambições hegemônicas buscam expandir sua influência e minar a estabilidade na região", disse o

ministro da Defesa, Israel Katz.

RECORDE

O acordo ocorre em um momento em que as exportações de armas de Israel atingiram níveis recordes, com mais de US\$ 19 bilhões no ano passado, um aumento de 30% em relação a 2024, segundo dados oficiais, apesar das críticas generalizadas à conduta de Israel em suas guerras em Gaza, com o Hezbolalah e com o Irã.

Especialistas afirmam que governos procuram Israel porque suas armas são testadas em combate e é possível ver em tempo real que as munições e os sistemas funcionam.

Israel e Grécia aprofundaram seus laços de defesa na última década. A assinatura de segunda-feira, porém, marca o acordo mais significativo entre os dois,

GUERRA

Presidente do Irã diz que busca saída negociada com os EUA

PEDRO LIMA/AE

O presidente do Irã, Masoud Pezeshkian, afirmou ontem que Teerã ainda busca uma saída negociada para o conflito com os Estados Unidos e disse que a guerra "não é do interesse de ninguém". A declaração foi dada em meio à retomada das tensões militares na região.

Em encontro com o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, à margem da cúpula da

Organização para Cooperação de Xangai (OCX), no Quirguistão, Pezeshkian defendeu o diálogo como caminho para encerrar a crise. "A razão e a lógica terminam que evitemos a guerra e o belicismo", afirmou, em texto enviado via Telegram.

O presidente iraniano acusou setores dos EUA de terem interesse na continuidade dos confrontos, mas disse que Teerã considera necessário fortalecer iniciativas favoráveis à paz.

SEGURANÇA

Japão reforçará defesa com drones e IA em orçamento de US\$ 55,6 bilhões

O Japão planeja usar drones, inteligência artificial (IA) e novos métodos de guerra enquanto adapta suas estratégias de defesa, de acordo com detalhes de um pedido de orçamento de 8,9 trilhões de ienes (US\$ 55,6 bilhões) para o próximo ano fiscal divulgado pelo Ministério da Defesa ontem.

O total preliminar é apenas um pequeno aumento em relação ao orçamento de defesa de 8,8 trilhões de ienes (US\$ 55 bilhões) solicitado para este ano fiscal. Eventualmente, será muito maior, mas mais detalhes virão ainda este ano após a primeira-ministra Sanae Takaichi aprovar a nova estratégia desti-

nada a fortalecer a capacidade de contra-ataque do Japão.

Sob uma estratégia de cinco anos estabelecida em 2022, o Japão dobrou seus gastos com defesa para cerca de 2% de seu Produto Interno Bruto (PIB), visando conter a crescente assertividade da China. Pequim criticou o fortalecimento da defesa do Ja-

pão como "novo militarismo". O Japão agora visa "fortalecer drasticamente sua capacidade de dissuasão e resposta, transformando sua capacidade de defesa" ao se adaptar à nova guerra, - como no uso de drones pela Ucrânia - disse o ministério em um panfleto sobre seu pedido de orçamento.

Meteorologistas afirmaram que Lowell poderia se transformar em furacão até a noite de segunda-feira ou na terça-feira. A tempestade não representava ameaça imediata para áreas terrestres, mas o centro informou que Lowell poderia chegar às proximidades das Ilhas Havaianas no decorrer da semana.

Nota

ZELENSKY SINALIZA COORDENAÇÃO COM ALIADOS E CONVERSA COM TRUMP PARA AMPLIAR LUTA

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, indicou que Kiev busca ampliar a coordenação com aliados ocidentais tanto no campo diplomático quanto no apoio militar, em um momento em que o país tenta sustentar a resistência contra a invasão da Rússia e reforçar suas capacidades para os próximos meses. Em publicações no X, Zelensky que teve uma "boa conversa telefônica" com os enviados especiais dos EUA, Steve Witkoff e Jared Kushner, representantes do presidente Donald Trump. Segundo o ucraniano, o diálogo foi

"detalhado e construtivo" e incluiu discussões para definir uma data de visita à Ucrânia, considerada por ele "muito útil" para elaborar soluções em prol da paz. Zelensky disse ter atualizado os interlocutores sobre a situação no campo de batalha, afirmando que os ganhos da Rússia seriam "insignificantes" e obtidos ao custo de perdas "enormes". O presidente afirmou que as equipes americanas e ucranianas devem manter contato para trabalhar na pauta e acertar o cronograma de novas comunicações. Em outra mensagem, Zelensky relatou ter coordenado o trabalho diplomático para as próximas semanas, com três prioridades: financiamento da defesa ucraniana - incluindo operações de longo alcance e ataques de médio alcance.